



31864250



25351.902702/2023-75



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos

VOTO CMED-SENAACON/DPDC/SENAACON**RELATÓRIO**

1. Trata-se de Processo Administrativo Sancionatório no qual se verifica a aplicação de penalidade de multa à empresa PROSPER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI, CNPJ: 20.489.064/0001-05, no valor de R\$ 23.000,05 (vinte e três mil reais e cinco centavos), nos termos da Decisão nº 141, de 31 de maio de 2023 (fls. 195-203), tendo interposto Recurso Administrativo (fls. 218-219) ao Comitê Técnico-Executivo da CMED (CTE/CMED), conforme lhe faculta o Art. 29 da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.
2. Considerando o sorteio realizado na ocasião da 6ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada no dia 14 de julho de 2023, coube a relatoria do recurso a esta SENACON/MJSP.
3. Em sede de primeira análise, o caso foi assim sumariado, in verbis:
 - 1.1. Trata-se de Processo Administrativo nº 25351.902702/2023-75 de interesse da empresa PROSPER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI, CNPJ: 20.489.064/0001-05, instaurado por meio do Despacho nº 105/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (2230600), de 06/02/2023. Após investigação preliminar, foi determinada a abertura do referido processo administrativo, em razão da comercialização (oferta) de medicamentos à Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, no Pregão Eletrônico nº 69/2018 (2230352), de 26/03/2018, por valor superior ao Preço Fábrica - PF, conforme instrução processual do referido Ente Público, por meio do Ofício nº 2103/2018 - SES (2230351), de 30/08/2018.
 - 1.2. Em sede de investigação preliminar, foi elaborada a Nota Técnica nº 41/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (2230355) (2230380), de 06/02/2023, informando que a empresa comercializou (ofertou) os medicamentos por valores superiores aos respectivos Preço Fábrica - PF autorizados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED. Trata-se de comercialização que não incide o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP, pois os medicamentos não se enquadram na hipótese de incidência do referido desconto, que é ser destinado a atender demanda judicial ou constar no rol do Comunicado CMED nº 15, de 31/08/2017, e da mesma forma, os medicamentos em tela não constam do Anexo do Convênio CONFAZ nº 87, de 28/06/2002, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal. O valor total da diferença entre o preço praticado e o preço aprovado pela CMED foi de R\$ 26.663,99 (vinte e seis mil, seiscentos e três reais e noventa e nove centavos).
 - 1.3. Diante das citadas constatações, por meio da Notificação nº 80/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (2230601), de 06/02/2023, a empresa foi devidamente notificada para oferecer as suas razões de defesa. O Aviso de Recebimento - AR (2268484) foi assinado em 15/02/2023, e a Defesa Administrativa (2293234) foi protocolada em 10/03/2023, argumentando, em síntese:
 - a) que O PREÇO FOI APENAS OFERTADO E NÃO HOUVE ACEITAÇÃO POR PARTE DO PREGOEIRO, ocorrendo a desclassificação de nossa proposta;
 - b) que o pregão ocorreu no ano de 2018, completando até a presente data quase 5 anos do ocorrido;
 - c) que a oferta foi feita por um antigo colaborador que não mais faz parte da empresa. Com isso não temos condições de apresentar os motivos que ocasionaram a oferta acima da referida tabela CMED; e
 - d) que não temos possibilidade de levantamentos das causas, POIS COMO AFIRMADO HOUVE GRANDE TEMPO DO OCORRIDO ATÉ A PRESENTE DATA.
 - 1.4. É o relatório. Passo à análise.
4. Ao se analisar o caso (Decisão nº 141, de 31 de maio DE 2023, da Secretaria-Executiva da CMED), verificou-se que foi aplicada, em face da recorrente, multa no valor de R\$ 23.000,05 (vinte e três mil reais e cinco centavos), pela prática da infração de oferta de medicamento por preço superior ao permitido, para a Administração Pública.
5. No que importa, o ato de primeira análise se baseou nas seguintes premissas para condenar a representada:
 - A empresa foi intimada a compor o presente processo administrativo por ofertar os medicamentos Heparina Sódica Suína, Succinato Sódico de Hidrocortisona e Sulfato de Efedrina, por valor superior ao ao Preço Fábrica - PF, para a Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe. No presente caso, não há aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), nem Convênio CONFAZ 87/02.
 - Trata-se de infração capitulada na Orientação Interpretativa nº 2/2006, da CMED; bem como no art. 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018.
 - Resultou em um valor a maior de R\$ 26.663,99 (vinte e seis mil seiscentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos).
 - Não há como questionar a ocorrência da infração, diante da cadeia de normas que resultou no agrupamento de regras previstas na vigente Resolução nº 2, de 16 de abril de 2018, a qual estabelece expressamente a existência de infração quando há comercialização (oferta) de medicamento por preço superior ao limite máximo, prevendo as cautelas e regras que uma empresa deve observar ao negociar com o Poder Público, ainda que meramente por meio de envio de Proposta ou Cotação de Preços.
 - Quanto à dosimetria, deve a penalidade pecuniária ser calculada em consonância ao indicativo vigente à época dos fatos, elaborado pelo Comitê Técnico-Executivo (CTE) desta CMED em 22/08/2013, que, no caso de infração quantificável, determina:

m

$$M = (a + a.i)$$

M = multa apurada no processo administrativo para cada infração;

a = diferença entre o valor praticado e o preço CMED, por apresentação multiplicada pela quantidade ofertada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

m = M, antes do agravamento por reincidência;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente, nos termos propostos abaixo.

TABELA: Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente

Faixas	Faturamento médio no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	1%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	0,7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	0,5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	0,3%
E	$x < 10.000.000,00$	0,2%

- Considerando que o porte presumido da empresa PROSPER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI, CNPJ: 20.489.064/0001-05, conforme sistema DATAVISA, é PEQUENA, enquadra-se, pois, na Faixa E da tabela acima.

Dados da Empresa			
Razão Social:	PROSPER COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	CNPJ:	20.489.064/0001-05
Tipo do CNPJ:	MATRIZ	Ano Base:	2023
Nome Fantasia:	[seminformação]	Porte:	PEQUENA Histórico de Porte
Situação de Cadastro:	CADASTRADA	Inscrição Estadual:	2023

- Com base nessas premissas, este foi o cálculo da multa-base:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE COMERCIALIZAÇÃO (OFERTA) DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PF).									
Empresa:	PROSPER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI					Nº CNPJ	20.489.064/0001-05		
Processo Nº	25351.902702/2023-75					FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO			FAIXA E
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO	R\$ 4.800.000,00		TOTAL DE MULTA A RECOLHER			R\$ 34.500,07			
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA-e até setembro/2022	4,050728052		Total Multa em UFIR	8.517		TOTAL MÁXIMO A RECOLHER			R\$ 34.500,07
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização	Multa em R\$		
HEPARINA SÓDICA SUÍNA	5000 UI/0,25 ML SOL INI CX 25 AMP VD INC X 0,25 ML	mar-18	R\$ 5.351,62	R\$ 6.910,55	0,2%	Oferta	R\$ 6.924,37	6.924,37	
SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA	100 MG PO LIOF SOL INI CX 50 FA VD INC (EMB HOSP)	mar-18	R\$ 1.588,99	R\$ 2.051,86	0,2%	Oferta	R\$ 2.055,97	2.055,97	
SULFATO DE EFEDRINA	50 MG/ML SOL INI CX 100 AMP VD AMB X 1 ML (EMB HOSP)	mar-18	R\$ 19.723,38	R\$ 25.468,80	0,2%	Oferta	R\$ 25.519,74	25.519,74	

- Quanto às agravantes, em que pese as infrações tenham sido praticadas em caráter continuado, no mesmo contexto de tempo, modo e lugar, os fatos ocorreram antes da vigência da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018. Sabendo que a norma mais gravosa não deve retroagir, não há incidência de quaisquer das hipóteses previstas no inciso II, Art. 13, da citada norma.

-Quanto às atenuantes, considerando que a empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de cinco anos, é hipótese de atenuante de 1/3, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

-Assim, não se aplicando as agravantes não previstas antes da citada Resolução, deve-se considerar o cômputo da atenuante em razão da primariedade no redutor de 1/3 sobre o valor da multa base de R\$ 34.500,07 (trinta e quatro mil, quinhentos reais e sete centavos), consoante preconizado no Art. 13, § 1º, §2º, e §3º da Resolução CMED nº 02/2018 "Incidirão sobre o valor da multa base as circunstâncias agravantes e, sobre este resultado, as atenuantes, respeitando-se os limites mínimo e máximo da pena, nos termos do art. 10 desta Resolução", o que resulta no valor de R\$ 23.000,05 (vinte e três mil reais e cinco centavos).

6. Depreende-se dos autos que a recorrente foi intimada da Decisão, na modalidade de Aviso de Recebimento – AR por carta registrada, em 31 de maio de 2023, para efetuar o pagamento da multa ou apresentar Recurso ao Comitê-Executivo da CMED.

7. A empresa apresentou recurso administrativo em m 21 de junho de 2023, tendo sido atestado, em despacho da SCMED, o cumprimento dos requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento e interesse.

8. No recurso, a recorrente apresenta, em síntese, os seguintes argumentos:

- que o pregão ocorreu no ano de 2018, completando até a presente data quase 5 anos do ocorrido;
- que a ANVISA deve ter o propósito educativo e não punitivo;
- que a empresa é uma distribuidora de medicamentos e a Lei nº 10.742/2003 vincula à tabela CMED as empresas produtoras de medicamentos;
- que na ocasião do processo licitatório a empresa foi enquadrada como Pequeno Porte, porém, na época dos fatos, ela era enquadrada como Micro Empresa.

9. Relatado. Passa-se à análise.

a) Sobre a legalidade e o mérito da sanção de multa aplicada

10. Preliminarmente, importa destacar que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) é um órgão do Conselho de Governo da Presidência da República, criado pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, ("Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências") e regulamentada pelo Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, e foi instalada com o objetivo de adotar, implementar e coordenar a regulação econômica do mercado de medicamentos e implementar uma política de acesso aos medicamentos e assistência farmacêutica à população.

11. No âmbito de sua atuação regulatória, a Câmara define diretrizes e procedimentos relativos à regulação econômica do mercado de medicamentos; estabelece critérios para fixação e ajuste de preços de medicamentos; determina os critérios para a fixação dos preços dos produtos novos e

novas apresentações de medicamentos; propõe a adoção de legislações e regulamentos referentes à regulação econômica do mercado de medicamentos; e detém poder de polícia administrativo, podendo também aplicar penalidades face ao descumprimento das normas que orientam a atividade do setor regulado.

12. No campo constitucional, a atuação da CMED decorre do art. 196 da Constituição da República, que trata da tutela constitucional do direito de acesso universal e igualitário à saúde, cuja responsabilidade é partilhada pelo Estado e por toda a sociedade. Em âmbito infraconstitucional, menciona-se, inicialmente, a Lei 8.080/1990, a Lei Orgânica da Saúde, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), reiterou que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, e definiu, dentre as atribuições do SUS, a "formulação da política de medicamentos (...)" [art. 6º, VI] e a responsabilidade pela "execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica" [art. 6º, I, d].

13. Quanto às leis ordinárias e decretos que orientam, de modo específico, a atividade da CMED, tratam-se das seguintes: (i) a Lei nº 10.742/2003, que define as normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a CMED e dá outras providências, (ii) o Decreto nº 4.766/2003, que regulamenta a criação, as competências e o funcionamento da CMED, e (iii) o Decreto nº 4.937/2003, que regulamenta o art. 4º da Lei nº 10.742/2003, para estabelecer os critérios de composição de fatores para o ajuste dos preços de medicamentos.

14. Ainda, muito da atividade exercida pela CMED é operacionalizada por atos normativos infralegais, que tem sua cogência e validade derivada de sua relação de subordinação e vinculação com os atos legislativos acima listados. As regras de tramitação processual, bem como a aplicação de sanções, obedecem ao disposto na Resolução CM-CMED nº 02 de 16 de abril de 2018, com aplicação subsidiária dos comandos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Processo Administrativo Federal), bem como da disposições das leis nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 ("Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências"), 8.078; de 11 de setembro de 1990; assim como dos decretos nºs 4.766, de 26 de junho de 2003 e 2.181, de 20 de março de 1997.

15. Com relação às infrações administrativas, a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, no seu art. 2º, define o âmbito de sua aplicação bem como os atores a ela sujeitos da seguinte forma:

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

16. Em relação aos preços-teto, o órgão faz distinção entre o controle de preços efetuado em relação aos fabricantes de medicamentos e aos demais comerciantes. Os fabricantes devem observar o teto estabelecido pelo Preço-Fábrica (PF), e os comerciantes, responsáveis pela venda dos medicamentos em varejo, a exemplo das farmácias e drogarias, devem observar o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), fixado pela CMED anualmente.

17. Dessa forma, caso a venda seja das farmácias e drogarias para o consumidor final, o valor máximo que pode ser cobrado é o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), obtido por meio da divisão do PF por fatores de conversão determinados pela CMED, observadas as cargas tributárias do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) praticadas nos Estados de destino e a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

18. Caso a venda seja para o governo, deve ser, em regra, aplicado ao PF um percentual de desconto chamado de Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), o que resulta no Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG). Diz-se "em regra", já que não se aplica o CAP a todas as compras governamentais, mas em duas situações: compras públicas de medicamentos constantes da lista de medicamentos sujeitos ao CAP, definida com base em Resolução da CMED, ou aquisição de qualquer medicamento por força de decisão judicial. Nos casos em que o CAP não for aplicável, o preço teto a ser observado é o PF.

Orientação Interpretativa CMED nº 02/2006

Nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante.

(...) Assim, o Preço Máximo ao Consumidor é o preço a ser praticado pelo comércio varejista, ou seja, farmácias e drogarias; e o Preço Fábrica é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento, já incorrendo em todos os custos de comercialização, quando o laboratório realiza a comercialização diretamente ao setor varejista; ou concede um desconto em seu preço para que a empresa distribuidora possa cobrir seus custos advindos da distribuição do medicamento ao setor varejista e também pratique o Preço Fábrica.

19. Posteriormente, por meio da Resolução nº 04, de 2006, a CMED instituiu o CAP (Coeficiente de Adequação de Preço), que consiste em desconto obrigatório imposto às empresas que pretendem comercializar medicamentos com a Administração Pública quando a compra pública envolver medicamentos específicos, ou quando a compra se destinar ao atendimento de decisão judicial. Sobre esse ponto, veja-se:

Art. 2º O CAP será aplicado ao preço dos produtos nos seguintes casos:

I - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no componente de medicamentos de dispensação excepcional, conforme definido na Portaria nº 698, de 30 de março de 2006.

II - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa Nacional de DST/AIDS.

III - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa de Sangue e Hemoderivados.

IV - Medicamentos antineoplásicos ou medicamentos utilizados como adjuvantes no tratamento do câncer.

V - Produtos comprados por força de ação judicial, independente de constarem da relação de que trata o § 1º deste artigo.

VI - Produtos classificados nas categorias I, II e V, de acordo com o disposto na Resolução nº 2, de 5 de março de 2004, desde que constem da relação de que trata o § 1º deste artigo. (Resolução nº 04, de 2006)

20. Nos termos dos artigos 1º, § 2º, e 3º, caput, da Resolução supra, é possível extrair o conceito de Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), obtido da aplicação da seguinte fórmula: PF (Preço Fábrica) – CAP (Coeficiente de Adequação de Preço).

Art. 1º As distribuidoras, as empresas produtoras de medicamentos, os representantes, os postos de medicamentos, as unidades volantes, as farmácias e drogarias deverão aplicar o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP ao preço dos produtos definidos no art. 2º desta Resolução, sempre que realizarem vendas destinadas a entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[...] §2º A aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica – PF resultará no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG. (Resolução nº 04, de 2006)

21. Com base nas informações acima, as categorias de preço-teto para cada tipo de compra podem ser organizadas na seguinte tabela:

Venda do distribuidor para drogarias, farmácias e afins	Venda da rede varejista para o consumidor final	Venda para governo de medicamento na lista do CAP	Venda para o governo de qualquer medicamento por determinação judicial	Venda para o governo SEM determinação judicial e de medicamento que NÃO está na lista do CAP
PF	PMC	PMVG	PMVG	PF

22. Quanto aos argumentos recursais sintetizados nas alíneas "a" e "b" do parágrafo 8 deste Voto, eles não merecem provimento.

23. O marco inicial da prescrição quinquenal é a apresentação da oferta, que nesse caso se deu em março do ano de 2018. Quando do recebimento da denúncia, foi elaborada a Nota Técnica nº 41/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (2230355), e anexo (2230380), em 06/02/2023, interrompendo, assim, a prescrição quinquenal, nos termos do Inciso II, art. 2º, da Lei nº 9.873/99.

24. Desse modo, não há que falar em prescrição quinquenal.

25. Quanto a punição aplicada, cumpre informar que compete a autoridade julgadora, em análise à infração praticada, a escolha da sanção que será aplicada ao infrator. No presente caso, a penalidade de multa foi devidamente motivada, bem como foram observados os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e o atingimento do interesse público.

26. Em relação ao argumento recursal sintetizado na alínea "c" do parágrafo 8 deste Voto, ele não merece guarida.

27. Além do mais, a Lei n. 10.742, de 06 de outubro 2003, que define as normas de Regulação para o setor farmacêutico, determina em seu artigo 2º:

"Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico."

28. Dessa forma, a referida lei é clara ao determinar que o disposto da norma se aplica as empresas produtoras de medicamentos ou que de alguma maneira atuem no setor farmacêutico.

29. Por fim, quanto ao argumento recursal sintetizado na alínea "c" do parágrafo 8 deste Voto, em que a empresa afirmou que se enquadrava na época da infração como Micro Empresa, não merece prosperar.

30. Em análise ao argumento da empresa, verifica-se que não foi acostado nos autos documentos contábeis comprovando que, na época dos fatos, março de 2018, a sua receita bruta era equivalente ao enquadramento como Micro Empresa, faixa E.

31. Assim sendo, no mérito, negamos provimento ao recurso, mantendo a Decisão de primeira instância.

c) Sobre a proporcionalidade e razoabilidade da sanção de multa aplicada

32. Quanto à dosimetria da sanção, a decisão da SCMED não merece reparos.

33. Foram aplicados os critérios objetivos previstos na normatização vigente à época. Essa parametrização prévia dos critérios para cálculo da multa traz previsibilidade e segurança jurídica à atuação da CMED.

34. Quanto às circunstâncias atenuantes, não há reparos, observa-se:

a) atenuante de primariedade foi corretamente aplicada, haja vista que empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de cinco anos, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

35. No tocante às circunstâncias agravantes, não há reparações, haja vista que elas não foram aplicadas devido a venda do medicamentos ter ocorrido em maio de 2017, antes da entrada em vigor da Resolução nº 02, de 16 e abril de 2018, publicada em 23 de agosto de 2018 não sendo possível retroagir os efeitos das normas para prejudicar o infrator.

36. Com isso, mantém-se a multa final no valor histórico de R\$ 23.000,05 (vinte e três mil reais e cinco centavos), a ser atualizado considerando a data da decisão recorrida.

CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, voto pelo conhecimento e desprovimento do recurso, no sentido de:

a) no mérito, manter o reconhecimento da autoria e da materialidade da prática da infração de comercialização de medicamento por preço superior ao permitido, em descumprimento ao previsto na Orientação Interpretativa nº 2/2006, da CMED; bem como no art. 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018.

b) quanto à dosimetria da sanção, manter a multa final no valor histórico de R\$ 23.000,05 (vinte e três mil reais e cinco centavos), a ser atualizado considerando a data da decisão recorrida.

INGRID TAVARES CORREA

Prestadora de Serviço de Apoio Administrativo

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA

Membro suplente do Comitê Técnico Executivo (CTE) da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 01/09/2025, às 13:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31864250** e o código CRC **C7C8CA90**. O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.